

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

VITORIA MONTEIRO PAZ SOUZA

**UMA ANÁLISE DOS EFEITOS DA CORRUPÇÃO SOBRE OS INDICADORES DE
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DOS PAÍSES DO BRICS**

Recife/PE

2019

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

VITORIA MONTEIRO PAZ SOUZA

**UMA ANÁLISE DOS EFEITOS DA CORRUPÇÃO SOBRE OS INDICADORES DE
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DOS PAÍSES DO BRICS**

Monografia apresentada à Universidade Federal Rural de Pernambuco como requisito parcial para a conclusão de curso de Bacharelado em Ciências Econômicas.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Poema Isis Andrade de Souza

Recife/PE

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas da UFRPE
Biblioteca Central, Recife-PE, Brasil

S729a Souza, Vitória Monteiro Paz.
Uma análise dos efeitos da corrupção sobre os indicadores
de
Desenvolvimento econômico dos países do BRICS / Vitória
Monteiro Paz Souza. – Recife, 2019.
41 f.: il.

Orientador(a): Poema Ísis Andrade de Souza.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) –
Universidade
Federal Rural de Pernambuco, Departamento de Economia,
Recife,
BR-PE, 2019.
Inclui referências.

1. Corrupção 2. Desenvolvimento econômico 3.
Crescimento econômico 4. BRICS I. Souza, Poema Ísis Andrade de, orient.
II. Título

CDD 330

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

VITORIA MONTEIRO PAZ SOUZA

**UMA ANÁLISE DOS EFEITOS DA CORRUPÇÃO SOBRE OS INDICADORES DE
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DOS PAÍSES DO BRICS**

Monografia submetida ao corpo docente do Curso de Ciências Econômicas da
Universidade Federal Rural de Pernambuco e aprovada na data a seguir:

Recife, 8 de fevereiro de 2019

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Poema Isis Andrade de Souza (Orientadora)

Assinatura: _____ Nota: _____

Prof. Dr. André de Souza Melo

Assinatura: _____ Nota: _____

Prof. Dr. Luiz Flávio Arreguy Maia Filho

Assinatura: _____ Nota: _____

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Oscar Neto e Vânia, carinhosamente 'Fits', e em especial a minha avó, Dona Mere (*in memorian*) por tanto carinho e apoio em todas as etapas da minha vida. Sendo eles minha fonte de amor, virtude e resiliência. E também, a toda minha família, maior símbolo de resistência e união que conheço.

A Prof.^a Dr.^a Poema Isis Andrade de Souza que me acolheu nesta empreitada de pronto. Tive satisfação enorme em tê-la como orientadora neste trabalho de conclusão de curso.

A Iago, por toda a compreensão e paciência, sempre do meu lado, mestre em descontração, com palavras de conforto e incentivo.

Aos amigos queridos. Em especial a Diego, Luiz Felipe e Mariana, parceiros de todas as horas.

Aos demais colegas da UFRPE, pela convivência durante o período do curso.

SOUZA, Vitoria Monteiro Paz. **Uma análise dos efeitos da corrupção sobre os indicadores de desenvolvimento econômico dos países do BRICS**. Monografia (Bacharelado em Ciências Econômicas) – Universidade Federal Rural de Pernambuco. Recife, 2019.

RESUMO

Este trabalho tem como foco principal explorar a relação entre corrupção e desenvolvimento econômico nos países que compõem o grupo do BRICS. Para este fim, buscou-se verificar a correlação entre o PIB, o IDH e o nível de corrupção; este último obtido a partir de dois índices: o Índice de Governança Mundial, que contém um indicador de corrupção, desenvolvido pelo Banco Mundial, e o Índice de Percepção da Corrupção, construído pela Transparência Internacional. Desta forma, foi realizada uma análise comparativa que acompanhou a evolução dos referidos índices mensuradores de corrupção, do PIB e do IDH de cada país objeto deste estudo. Ademais, foram abordados os fatores fundamentais para uma boa governança; ainda, assegurado por estudos e pesquisas da TI, foram identificadas possibilidades de correlação entre os tipos de regimes de governos e o nível de corrupção. Por fim, foram analisados os resultados, seguidos de uma breve discussão acerca do tema deste trabalho, concluindo que as evidências sugerem haver interferência do nível de corrupção nos índices de desenvolvimento humano e de crescimento econômico dos países do BRICS.

Palavras-chave: Corrupção; Desenvolvimento econômico; Crescimento econômico; BRICS.

SOUZA, Vitoria Monteiro Paz. **Uma análise dos efeitos da corrupção sobre os indicadores de desenvolvimento econômico dos países do BRICS**. Monografia (Bacharelado em Ciências Econômicas) – Universidade Federal Rural de Pernambuco. Recife, 2019.

ABSTRACT

The main focus of this work is to explore the relationship between corruption and economic development in the countries that make up the BRICS group, using exploratory analysis of secondary data. For this purpose, we sought to verify the correlation between the GDP, the HDI and the level of corruption; the latter obtained from two indexes: the Worldwide Governance Index and the Corruption Perceptions Index, built by Transparency International. In this way, a comparative analysis was carried out that followed the evolution of the mentioned indexes of corruption, GDP and HDI of each country object of this study. In addition, fundamental factors for good governance were found; still assured by IT studies and research, possibilities of correlation between types of government regimes and the level of corruption were identified. Finally, the results were analyzed, followed by a brief discussion about the theme of this work, concluding that the evidences suggests that there is interference of the level of corruption in the indices of human development and economic growth in BRICS countries.

Keywords: Corruption; Economic development; Economic growth; BRICS.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Variáveis do Índice de Governança Mundial.....	15
Quadro 2 – Jogos no Equilíbrio de Nash.....	22
Figura 1 – Evolução do IDH entre 1996 e 2017	26
Figura 2 – Crescimento (%) do PIB <i>per capita</i> dos países do BRICS em 2017	27
Figura 3 – Controle de Corrupção BRICS, WGI.....	31
Figura 4 – BRICS IPC 2018.....	32
Figura 5 – IDH x IPC 2017	33
Figura 6 – <i>Ranking</i> do IPC	33
Figura 7 – Índice de Democracia e média IPC 2018.....	34
Tabela 1 – Tendências do Brasil	27
Tabela 2 – Tendências da Rússia	28
Tabela 3 – Tendências da Índia.....	28
Tabela 4 – Tendências da China	29
Tabela 5 – Tendências da África do Sul	30

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

PIB	Produto Interno Bruto
IPC	Índice de Percepção da Corrupção
WGI	<i>Worldwide Governance Indicators</i>
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
NRGI	<i>Natural Resources Governance Institute</i>
RNB	Rendimento Nacional Bruto
PNUD	Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas
GNI	<i>Gross National Income</i>
ZEEs	Zonas Econômicas Especiais
RSA	República Sul Africana
IND	Índia
BRA	Brasil
RUS	Rússia
CHI	China
TI	Transparência Internacional
WECD	<i>World Commission on Environment and Development</i>

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1: INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 2: AS DEFINIÇÕES DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E CORRUPÇÃO	12
2.1. CONCEITOS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	12
2.2. CONCEITOS DE CORRUPÇÃO	13
CAPÍTULO 3: ÍNDICES DE CORRUPÇÃO	14
3.1. HISTÓRICO	14
3.2. INDICADORES DE GOVERNANÇA MUNDIAL – CONTROLE DA CORRUPÇÃO (BANCO MUNDIAL) / WGI.....	14
3.3. ÍNDICE DE PERCEPÇÃO DA CORRUPÇÃO (IPC) - TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL	16
CAPÍTULO 4: ESTUDOS PIONEIROS SOBRE O COMPORTAMENTO CRIMINAL E CORRUPÇÃO COM VIÉS ECONÔMICO	19
4.1. CONTRIBUIÇÕES E CONSIDERAÇÕES: CORRUPÇÃO SOB A ÓTICA DE GARY BECKER EM “CRIME AND PUNISHMENT” (1968)	19
4.2. ROSE-ACKERMAN (1978): A ECONOMIA DA CORRUPÇÃO	20
4.3. OLIVIER CADOT (1987), CORRUPÇÃO SOB A ÓTICA DE UM JOGO PROBABILÍSTICO	22
4.4. ESTUDOS PIONEIROS EMPÍRICOS SOBRE OS EFEITOS ECONÔMICOS DA CORRUPÇÃO VERIFICADOS NOS PAÍSES DO BRICS	22
CAPÍTULO 5: ANÁLISE DE RESULTADOS	25
5.1. INDICADORES SOCIOECONÔMICOS DOS BRICS	25
5.1.1 Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e Produto Interno Bruto (PIB)	25
5.2. INDICADORES DE GOVERNANÇA E CORRUPÇÃO: WORLDWIDE GOVERNANCE INDICATORS (WGI) E ÍNDICE DE PERCEPÇÃO DA CORRUPÇÃO (IPC)	30
5.3. RELAÇÃO VERIFICADA ENTRE CORRUPÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	34
CAPÍTULO 6: CONSIDERAÇÕES FINAIS	37
REFERÊNCIAS	38

CAPÍTULO 1: INTRODUÇÃO

Uma das primeiras definições de corrupção pode ser observada na obra de estratégia militar e econômica intitulada *Arthashastra* (1909), que definiu a corrupção como um fenômeno geral, estruturado e organizado. De acordo com Bardhan (1997), enquanto homens fossem integrantes do poder público, seria possível identificar ações ilícitas no sentido de desvio de recursos com o objetivo de obter vantagens em benefício próprio.

Diante do atual contexto brasileiro, é importante salientar, neste ponto, que as atitudes corruptivas não são uma exclusividade Brasil do século XXI, tampouco das instituições responsáveis pela administração pública. Tornou-se comum associar a existência de corrupção com o mau funcionamento das instituições do país e a aspectos diversos aspectos socioeconômicos como desemprego, instabilidade do PIB (taxas de crescimento econômico), redução da qualidade de vida, e do índice de desenvolvimento social.

Nesse sentido, o cenário corrobora com a definição desenvolvida por Tella (2013), de que a corrupção é um fenômeno universal, ou seja, comum a todas as sociedades, de maneira que não se restringe a nenhuma região específica no mundo e atinge diversas escalas, através de indivíduos de diferentes níveis de renda, em países emergentes ou desenvolvidos, desde democracias até regimes ditatoriais.

As relações entre desenvolvimento e corrupção, se estão intimamente correlacionados, é objeto de estudo do Banco Mundial (2001) ao divulgar estudos nos quais a corrupção afeta tanto a vida quando o desenvolvimento dos indivíduos, nos mais diversos aspectos; a maioria dos governos desvia, ou melhor, desvincula seus orçamentos dos bens que trazem aumento de qualidade de vida para a população, como por exemplo, investimentos em educação e saúde.

Com o intuito de identificar em que medida a corrupção afeta o panorama socioeconômico do BRICS¹, será abordado ao longo deste trabalho o Índice de Percepção da Corrupção (IPC), disponibilizado pela Transparência Internacional, e o Índice de Governança Mundial, obtido na base de dados do Banco Mundial.

De acordo com a interpretação de Ramos (2017), a corrupção é uma forma de abuso do poder. É a apropriação do patrimônio público pelo privado. É a maior sabotagem à democracia e às instituições. Ainda assim, embora haja evidências, é importante salientar que não é possível afirmar que a corrupção contribui para o baixo nível de desenvolvimento, ou

1 A origem do nome BRICS foi criada por Jim O' Neil, diretor do *Goldman Sachs*, em 2001.

que ocorre o contrário, os indivíduos diante da situação de baixo desenvolvimento econômico e social são estimulados incorrer neste tipo de crime.

Além do apoio dos índices de mensuração da corrupção, para verificar essas relações, este trabalho buscou revisar literaturas relevantes, produzidas em épocas diferentes, proporcionando visões distintas acerca dos conceitos de desenvolvimento econômico e corrupção, que podem ser percebidos nos índices de governança e de percepção da corrupção demonstrados. A análise dessas correlações está condicionada aos resultados obtidos dos indicadores de desenvolvimento econômico (IDH e PIB) de Brasil, Rússia, China, Índia e África do Sul, composição do BRICS desde 2010. Embora caracterizados pelo elevado desenvolvimento econômico, o panorama do ponto de vista social não consegue acompanhar essa evolução (KAPOOR, 2014).

Portanto, a partir da análise exploratória de dados secundários e levantamento da revisão de literatura acerca dos efeitos da corrupção nos países, o presente trabalho procura estudar os efeitos da corrupção sobre os indicadores de desenvolvimento econômico nos países do BRICS. Esta monografia está dividida em seis partes: 1. introdução; 2. as definições de desenvolvimento econômico e corrupção; 3. os índices de corrupção; 4. estudos pioneiros sobre comportamento criminal; 5. análise de resultados e 6. considerações finais.

CAPÍTULO 2: AS DEFINIÇÕES DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E CORRUPÇÃO

2.1. CONCEITOS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

O Banco Mundial (2004) define o desenvolvimento econômico de maneira qualitativa, tanto como aspecto transformador quanto reestruturador de países em busca de progresso social e tecnológico. Murphy *et al* (1993), Gould e Amaro-Reyes (1983), *United Nations* (1989), Mauro (1995), Mo (2001) e Monte & Papagni (2001) expõem aspectos negativos de causa e efeito quando se trata da relação entre corrupção, crescimento e desenvolvimento econômico. Na visão desses autores é adicionado o risco no qual o agente incorre ao fazer negociar em um ambiente de instabilidade, ou seja, não propício, repleto de incertezas, que dificultam a tomada da melhor decisão.

Na mesma linha de raciocínio, Heidenheimer (1989), entende que desenvolvimento implica em profundas transformações sociais e culturais, influenciadas por aspectos políticos, culturais, de liderança e corrupção. O grau de desenvolvimento de uma determinada sociedade poderia ser mensurado com facilidade, analisando o PIB (crescimento) ou o tamanho da população e sua estrutura de classe.

Do ponto de vista de Celso Furtado (1968), o desenvolvimento deve extrapolar o conceito de crescimento econômico. Ou seja, é natural que nações que apresentam desenvolvimento, apresentarão também crescimento. O termo “desenvolvimento” está intimamente ligado à melhora dos padrões de vida em sociedade. De maneira ampla, essa ideia é corroborada por Jacobs (1971), ao comentar que o alcance do estado de desenvolvimento em uma sociedade denota todo o potencial que ela tem, deixando de lado estruturas e padrões estruturais impostos.

Nessa linha de pensamento, um dos conceitos mais recentes de desenvolvimento está atrelado à sustentabilidade. De acordo com a *World Commission on Environment and Development* (1987) desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades das gerações presentes sem comprometer a possibilidade das gerações futuras atenderem suas próprias necessidades.

2.2. CONCEITOS DE CORRUPÇÃO

A palavra deriva do latim, *corruptio*, comumente traduzido como algo que pode ser corrompido, deteriorado, ou ainda, a disposição de um funcionário público para agir em interesse próprio ou de terceiros, negligenciando seu escopo e, comprometendo a continuidade das atividades (HOUAISS; VILLAR; FRANCO, 2001). Por analogia, pode-se associar o conceito de corrupção à quebra de conceitos sociológicos profundos de moral e ética por parte da ação de um ou mais indivíduos, ou organizações, motivados por obtenção de regalias relacionadas com incremento de renda, aumento de patrimônio, etc.

A corrupção ocorre indiscriminadamente na sociedade e de maneira uniforme, presente em regimes de governos democráticos, ou não, e em países de níveis de desenvolvimento diversos, abrangendo todos os regimes político-econômicos (IQUIAPAZA; AMARAL, 2007). De outro lado, Khan (2007), entende a corrupção como uma ação que foge dos padrões de condutas governamentais estabelecidos, a partir do comportamento inadequado das autoridades públicas, que se dá por motivações pessoais: riqueza, poder ou *status*. Em outras palavras, é um desvio de conduta que contraria as atitudes naturais que deveriam ser tomadas pelos representantes do poder público. Significa dizer, ainda, que os indivíduos estão propensos a agir de maneira desonesta visando o bem-estar individual, ainda que ocupem cargos que demandam senso de responsabilidade coletiva.

Destarte, é possível perceber que os conceitos de diversos autores acerca do termo não são antagônicos. Isso ocorre porque as definições de corrupção são apresentadas complementarmente umas às outras, variando apenas conforme o momento histórico vivenciado por cada autor, e com o foco de abordagem, podendo ser voltado para aspectos sociais, econômicos ou governamentais.

CAPÍTULO 3: ÍNDICES DE CORRUPÇÃO

3.1. HISTÓRICO

Com o objetivo de mensurar a corrupção em nível internacional foram criados diversos índices com metodologias distintas. De maneira geral, esses ‘termômetros’ coletam um enorme volume de dados que têm influência sobre o nível de corrupção numa sociedade, como governança, transparência, governabilidade, participação dos cidadãos nas decisões tomadas pelo poder público, e integridade (a nível contratual) das firmas.

Conforme mencionado anteriormente, devido à extensão dos debates acerca dos conceitos que envolvem a corrupção, amplas interpretações são possíveis. Na década de 1990, os estudos publicados sobre o assunto sugeriam que a corrupção seria “uma ‘graxa’ que lubrifica a economia, uma acidentalidade pouco importante na ordem das coisas, e para alguns, benéfica para a eficiência econômica” (ABRAMO, 2005, p. 33). Essa perspectiva mudou em 1978, com o estudo de Susan Rose-Ackerman expondo os malefícios que a corrupção provoca nos países que buscam eficiência econômica.

O fato é que ao expor as nuances e as especificidades que circundam o fenômeno da corrupção são possíveis garantir mais chances de atingir boas descrições e inferências válidas sobre causas e efeitos das práticas corruptas (FRAIHA, 2014). Recentemente, a partir da década de 1990, observou-se relativo aumento na divulgação de trabalhos empíricos e acadêmicos que exploram relações de causa entre nível de corrupção e fatores econômicos, políticos ou sociais (LAMBSDORFF, 2006).

Em geral, os contextos abordados nos ensaios e estudos consideram mensurar os níveis de corrupção em países distintos, e de maneira comparativa. Neste trabalho serão explicitados dois índices de mensuração da corrupção: o *Worldwide Governance Indicators* (WGI - Indicador de Governança Internacional) do Banco Mundial e o Índice de Percepção da Corrupção (IPC), da Transparência Internacional.

3.2. INDICADORES DE GOVERNANÇA MUNDIAL – CONTROLE DA CORRUPÇÃO (BANCO MUNDIAL) / WGI

De acordo com o Banco Mundial (1996), os Indicadores de Governança Mundial, em inglês *Worldwide Governance Indicators* (WGI), diz respeito a um conjunto de dados que

resumem diversos aspectos acerca da qualidade da governança inferidos a partir da opinião de um grande número de entrevistados de empresas e cidadãos de todo o mundo. O WGI começou a ser divulgado em 1996, 1998, 2000 e só a partir de 2002 os dados passaram a ser divulgados anualmente. Trata-se de uma série temporal que contempla seis variáveis: “voz” e responsabilidade, estabilidade política, efetividade do governo, qualidade reguladora, controle da corrupção, estado de Direito.

O WGI é um indicador de governança internacional, portanto, os dados utilizados para compor o índice são adquiridos por meio de estudos de empresas, universidades, enquetes e questionários aplicados em empresas do setor privado, bem como de organizações internacionais. O WGI é um indicador de governança internacional. Para o Banco Mundial, a concepção de governo abrange tradições e instituições que exercem a autoridade no país, incluindo o processo eleitoral, a capacidade do governo para elaboração e efetivação das políticas públicas, o respeito tanto dos cidadãos quanto do Estado pelas instituições responsáveis por conduzir as relações socioeconômicas entre as duas partes.

Um ponto importante é esclarecer que o índice não reflete o posicionamento do Banco Mundial em relação aos resultados, nem é utilizado pela Instituição como instrumento de análise para futuros aportes de capital.

Quadro 1 – Variáveis do Índice de Governança Mundial

1. "Voz" e responsabilidade	Reflete a percepção do nível de participação dos cidadãos de um país em eleições, liberdade de expressão, liberdade de associação e de imprensa.
2. Estabilidade política	Sem violência/terrotismo: mede a percepção da probabilidade de instabilidade política, ou violência com motivação política, incluindo terrorismo.
3. Efetividade do governo	Denota a qualidade dos serviços públicos, a qualidade da administração pública, e o grau de sua independência no tocante à pressões políticas, a qualidade da formulação e implementação de políticas, bem como credibilidade e compromisso do governo com tais políticas.
4. Qualidade Reguladora	Capacidade do governo para criar e implementar políticas e regulamentos sólidos que permitam e estimulem o desenvolvimento do setor privado.
5. Controle da corrupção:	Mensura o nível de 'frequência' com o qual se exerce o poder público para obter benefícios privados; inclui todas as formas de corrupção, bem como a 'captura' do estado por parte das elites e dos interesses privados.
6. Estado de Direito:	Demonstra até que ponto os agentes confiam e respeitam as regras que existem e possibilita a convivência em sociedade, o cumprimento de contratos, os direitos de propriedade, a polícia e os tribunais, probabilidade de crimes e a violência.

Fonte: info.worldbank.org (2018)

As informações do Quadro 1 acima são de produção e autoria de Daniel Kaufmann, do *Natural Resource Governance Institute* (NRGI) e *Brookings Institution*, em conjunto com Aart Kraay, do *World Bank Development Research Group*. As variáveis combinam diversas visões diferentes em um agregado único de informações, baseados em pelo menos trinta fontes de base de dados diferentes. A partir da noção geral do que se trata o WGI, iremos compreender a metodologia adotada na produção dessas variáveis e posterior composição da base de dados.

Cada uma das seis variáveis é composta de maneira comparativa, e correspondem ao conceito de governança medido, sendo fornecidas à base do Banco Mundial, conforme mencionado em outras ocasiões.

As estimativas resultantes de governança disponibilizadas na base de dados do WGI são uma média ponderada dos dados oriundos de cada fonte, e a eles são atribuídos pesos que refletem o padrão de correlação entre as fontes de dados; quanto maior for a correlação entre as fontes de dados, maior será o peso.

De acordo com a metodologia, as medidas de governabilidade seguem a distribuição normal padrão, com média igual à zero, desvio padrão que varia de -2,5 até 2,5, sendo os valores mais altos correspondentes a uma melhor governabilidade. Também são informados em termos percentuais. Neste caso, o *ranking* que mede o nível de governança varia de 0 (zero), nível mais baixo, a 100 (cem), nível mais alto. Neste trabalho, será analisado apenas o agregado de Controle da Corrupção, que reflete a percepção do uso de dinheiro público para ganhos pessoais, incluindo a captura do estado pelos interesses das elites e do setor privado, com maior atenção aos países que compõem os BRICS (CAMPBELL, 2013).

3.3. ÍNDICE DE PERCEÇÃO DA CORRUPÇÃO (IPC) - TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL

Devido às novas dinâmicas internacionais, sucessivos escândalos, principalmente no âmbito político, abrangendo a parte pública e administrativa de governos e instituições em todo o mundo, o tema “corrupção” foi se tornando relevante ao longo do tempo.

Neste contexto, devido à necessidade de instrumentos que medissem a percepção da sociedade em relação ao nível de corrupção, a Transparência Internacional coleta dados de

mais de 180 (cento e oitenta) países, com publicações anuais, e é responsável por elaborar o Índice de Percepção da Corrupção (IPC) desde 1996. Devido ao elevado critério adotado nos levantamentos realizados, o nível de confiança percebido no IPC é bastante elevado.

Isso permite que o índice esteja consolidado tanto para os investidores (setor privado), quanto no âmbito do setor público (governos e instituições), embora ainda seja alvo de críticas. De acordo com Avritzer (2012), similarmente aos demais índices de corrupção internacionalizados, o IPC é dependente dos interesses e da visão política dos dirigentes das grandes corporações internacionais em relação a um país e ao seu governo, além disso, está relacionado ao pluralismo existente na mídia.

Ainda, conforme Avritzer (2012, p. 13) “a existência de instituições democráticas e a revelação da corrupção estão profundamente associadas, e não é possível avaliar comparativamente o fenômeno sem levar em conta a maior ou menor possibilidade de percebê-lo”. Assim sendo, se a mídia de um determinado país está interessada em não deixar um escândalo sair de pauta, ela pode alterar a sua percepção. Ademais, se inexistir uma mídia pluralista e com liberdade de expressão em um país, este fenômeno altera completamente a percepção da corrupção. Avritzer *et al.* (2012) são contundentes ao afirmarem que a corrupção existe tanto em países democráticos quanto em países não democráticos, assim como em países com ampla liberdade de imprensa e em países com quase nenhuma liberdade de imprensa, de opinião.

Por fim, as perguntas do questionário que apoiam a publicação do índice sempre se concentram no campo dos comportamentos dos funcionários públicos e quase nunca elaboram o papel do setor privado no estabelecimento de comportamentos problemáticos, ignorando o fato de que, por vezes, a iniciativa de corromper é do setor privado e não de funcionários do setor público.

Segundo Avritzer (2012, p. 427) o IPC não é aplicável como instrumento adequado de mensuração por se tratar de “uma medida histórica comparativa entre países que já combateram a corrupção e os que a estão combatendo recentemente”, e “o cálculo do índice expressa uma visão economicista da Administração Pública, tanto no que se refere às pessoas que respondem aos questionários, quanto no que concerne às variáveis políticas que são ignoradas” (AVRITZER, 2012, p. 427).

A elaboração do IPC se dá a partir de doze fontes diferentes, que incluem, entre outros, o Banco Mundial e o Fórum Econômico. As fontes efetuam pesquisas qualitativas, que são convertidas em várias escalas quantitativas, analisando o grau em que a corrupção é

percebida entre funcionários públicos e políticos. A Transparência combina os resultados dessas pesquisas, converte seus valores para uma escala de 0 a 100 e, a partir disso, consegue calcular uma média para cada ente analisado, onde 0 denota que o país é “altamente corrupto” e 100 que ele é “muito limpo” (POLITIZE, 2016). Por exemplo, Dinamarca e Nova Zelândia marcaram 88 e 87, pontos, respectivamente, enquanto que Síria e Somália tiveram pontuação de 13 e 10, pontos no índice, respectivamente (TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL, 2018). Em 2012, houve mudança na metodologia de cálculo do índice tornando possível fazer comparações entre países ao longo de toda a série histórica, ou seja, desde 1995.

Desta forma, vale salientar que, enquanto ferramenta nas mãos dos consumidores e cidadãos, pode funcionar como fator fortemente crítico que proporciona a manutenção do tema (corrupção) como pauta para cobranças aos agentes que estão no poder. Em outras palavras, gera a demanda partindo da comunidade, que pode atuar inclusive como fiscalizadora das instituições públicas e cobrar respostas e atitudes de responsabilidade dos seus governantes.

CAPÍTULO 4: ESTUDOS PIONEIROS SOBRE O COMPORTAMENTO CRIMINAL E CORRUPÇÃO COM VIÉS ECONÔMICO

4.1. CONTRIBUIÇÕES E CONSIDERAÇÕES: CORRUPÇÃO SOB A ÓTICA DE GARY BECKER EM “*CRIME AND PUNISHMENT*” (1968)

O tema corrupção vinha sendo abordado empiricamente pelo menos até 1968, quando Gary Becker (1930 - 2014), economista da Universidade de Chicago, inaugura escritos iniciais na área da economia do crime dando fundamentação teórica acerca deste tema. Em *Crime and Punishment: an Economic approach* (1968), Becker apropria-se da racionalidade econômica para identificar e explicar os possíveis motivos ou as variáveis que são consideradas anteriormente a tomada de decisão de praticar atividades ilícitas, ou seja, corromper-se.

As relações analisadas por ele neste modelo são: número de crimes cometidos em um dado período de tempo e seu custo ou dano; número de crimes e penas impostas; número de crimes, prisões, condenações e os gastos com polícia e tribunais; número de condenações e os custos com encarceramento ou com punições alternativas; número de crimes e os gastos do setor privado com proteção e detenção.

O modelo de Becker incorpora as relações comportamentais que são determinantes na tomada de decisão do indivíduo propenso ao ‘crime’. De maneira mais clara, em *Crime and Punishment: an Economic approach* (Becker, 1968), o estudo supõe que o indivíduo é propenso a cometer um crime quando a utilidade esperada de tal ato é maior do que a utilidade que obteria ao alocar tempo e recursos em outras atividades.

A decisão de cometer ou não o crime resultaria de um processo de maximização da utilidade esperada, em que o indivíduo confrontaria, de um lado, os potenciais ganhos resultantes da ação criminoso, o valor da punição e as probabilidades de detenção e aprisionamento associadas e, de outro, o custo de oportunidade de cometer crimes, traduzido pelo salário alternativo no mercado de trabalho. (CERQUEIRA e LOBÃO 2004, p. 233-269, p. 247)

Infere-se que existe uma parte beneficiada, o criminoso, e uma parte prejudicada, a sociedade. Colocando em termos matemáticos, a perda ou ‘dano’, sofrido pelo meio social é representado pela diferença entre o dano que em inglês significa *harm*, (à sociedade) e o ganho, ou *gain*, expressado pela equação de Becker,

$$D(O) = H(O) - G(O).$$

Neste contexto, percebe-se que a tomada de decisão em relação a cometer ou não o delito (comportamento criminal) é amplamente fundamentada em conceitos econômicos, pois se dará a partir da análise da ‘melhor escolha’ a partir das informações disponíveis naquele momento. Se a utilidade esperada de ‘cometer o crime’ for superior à da situação em que o indivíduo aloca seu tempo em outras atividades, ele escolherá a opção que resulta em maior nível de utilidade.

O objetivo do estudo de Gary Becker (1968) foi desenvolver e demonstrar, a partir de argumentos matemáticos e análises descritivas as melhores políticas públicas e privadas que poderiam ser adotadas visando combater a criminalidade e mitigar o custo social, provocado pela prática de atividades ilícitas. Em suas conclusões faz referência a Beccaria (1738 -1795) e ao utilitarista Jeremy Bentham (1748 - 1832).

Desta forma, tudo o mais constante, segundo os pressupostos de Becker, um aumento na probabilidade de punição efetiva de um cidadão deve reduzir substancialmente o potencial número de delitos que ele venha cometer (BRITTO, 1999).

4.2. ROSE-ACKERMAN (1978): A ECONOMIA DA CORRUPÇÃO

Sem desconsiderar a relevância do trabalho de Becker (1968), é dado amplo destaque, por ser específico acerca do tema, ao trabalho de Susan Rose-Ackerman publicado uma década depois. “*The Economics of Corruption*” tese na qual analisa a relação entre o nível de corrupção e a estrutura de mercado adotada no setor público.

Em “*The Political Economy of Corruption – Causes and Consequences*”, estudo do Banco Mundial (1996) seu primeiro questionamento é “o que determina o nível de corrupção?”. Rose-Ackerman (1996) por si só reconhece que até aquele momento não existiam conceitos, nem saberes científicos exatos para determinar nem o nível, nem o impacto o desvio de recursos na distribuição de receita/renda, entretanto, afirma que as oportunidades para obtenção de recursos ilícitos existe em todos os países, ou seja, que é um fenômeno universal.

É importante perceber que Rose-Ackerman (1975) introduz a percepção do suborno, que é pago por dois motivos: obter benefícios e evitar custos. Quando pago pelo primeiro motivo, entende-se o governo como um agente que vende bens e serviços e distribui subsídios. Essa situação pode ocorrer quando da privatização de empresas, e em obras de infraestrutura, por exemplo. É muito comum identificar desvios e subornos no segundo caso.

Basta reparar no que é vivenciado. Grosseiramente, enquanto observador da realidade, e deixando de lado por enquanto as fundamentações teóricas, percebe-se que é interessante do ponto de vista de uma firma pagar ao governo por fora visando ter um *rating* elevado, ou ser classificada para um leilão de obra de infraestrutura. Incorremos no primeiro ponto, obter benefícios.

Em relação ao segundo aspecto, do ponto de vista da redução de custos, naturalmente que o governo impõe regulamentações, tributação e legislação pesada em alguns contextos. A alternativa das firmas, de acordo com Rose-Ackerman (1975) para driblar o abuso de poder. O suborno neste caso pode ser no âmbito legal, por exemplo, para sugerir uma interpretação favorável, já que o setor público tem poderes para taxar deliberadamente e indiscriminadamente, afetando diretamente a competitividade das firmas, ou em fiscalizações sanitárias.

Agentes econômicos levam vantagem em situações que resultam em pagamento de suborno, e em quanto estaria estimada o montante pago? O estudo Rose-Ackerman (1975) sugere que a corrupção é um fenômeno universal, em concordância com Gary Becker (1968), e enfatiza as externalidades, demonstrando as desproporcionalidades. Conceitos como ineficiência, injustiça, ‘peso morto’ e distorções começam a ser identificados e analisados com maior atenção. Naturalmente, existirá ineficiência se a melhor escolha não for realizada, ou seja, se recursos forem alocados em agentes ineficientes.

É possível compreender que os mercados não funcionam perfeitamente, porque as escolhas são restritas dentro do universo finito de possibilidades, e o cérebro humano não suporta analisar as informações postas de maneira simultânea, crítica e ágil. Essa ideia já era intuitivamente abordada por Rose-Ackerman em seus estudos, percebendo relações entre corrupção e ‘nível de bem-estar’.

Portanto, apesar da ineficiência oriunda da corrupção, ela é apenas um sintoma de todo o ‘mal-estar’ instaurado nos sistemas e no meio social, de forma que eliminar a corrupção não faria sentido caso essa ação resultasse em medidas governamentais inflexíveis e irresponsáveis (KRAMER, 2015). As estratégias anticorrupção devem estimular a transparência dos governos, a fim de incrementar a eficiência tanto das instituições públicas (governo), quando das firmas (setor privado).

4.3. OLIVIER CADOT (1987), CORRUPÇÃO SOB A ÓTICA DE UM JOGO PROBABILÍSTICO

A abordagem proposta por Cadot (1987) sugere interações entre os agentes econômicos públicos e privados sob a ótica da teoria dos jogos. Baseando-se em resoluções distintas para o Equilíbrio de Nash. Para um melhor entendimento, primeiro é necessário entender a dinâmica do jogo. Aqui será utilizado o exemplo mais comum dos jogos de Nash: Dilema dos Prisioneiros. Osborne (2002), explica as possibilidades dos jogos e suas consequências: se os dois prisioneiros ficarem em silêncio, ambos podem ser condenados. Se apenas um deles delatar, o delator será testemunha contra o outro réu, que será condenado; na última hipótese, quando ambos são delatores, os dois são condenados.

Os jogos estão dispostos conforme Quadro 2 abaixo:

Quadro 2 – Jogos no Equilíbrio de Nash.

Situações	B fica em silêncio	B denuncia A
A fica em silêncio	Ambos condenados durante 1 ano	A condenado 3 anos, B inocentado
A denuncia B	A inocentado, B condenado por 3 anos	Ambos condenados por 2 anos

Fonte: Elaboração própria.

A melhor escolha dentro da hipótese de um jogo cooperativo, é que os dois fiquem em silêncio. Desta forma, cada um é condenado a apenas um ano de prisão. Depreende-se que o Equilíbrio de Nash no campo da Teoria dos Jogos ultrapassa o campo da perfectibilidade da racionalidade econômica, sendo um conceito amplamente aplicado na realidade, que prevê, por meio de instrumentos matemáticos, neste caso, probabilidade, a ação dos agentes econômicos quando expostos a situações de tomada de decisão com multiplicidade de escolhas.

Partindo do exemplo de Marcos Felipe Mendes Lopes (2011), em sua tese de doutorado intitulada “Corrupção: estudo sobre as formas de mensuração, seus determinantes e perspectivas sobre as formas de combate da suposição de agentes honestos e corruptos”, pode-se concluir, no mínimo, que há uma grande variedade de situações às quais os participantes enfrentam.

4.4. ESTUDOS PIONEIROS EMPÍRICOS SOBRE OS EFEITOS ECONÔMICOS DA CORRUPÇÃO VERIFICADOS NOS PAÍSES DO BRICS

A literatura revela a existência de poucos estudos com base sólida acerca dos efeitos econômicos da corrupção nos países em desenvolvimento. Isso ocorre porque embora seja possível atribuir diversas causas para a ocorrência da corrupção, bem como correlacioná-lo com os baixos índices de desenvolvimento econômico, é um índice com percepção abstrata, que pode ter sentidos distintos. De acordo com Iquiapaza e Amaral (2007), não há dúvida em se associar aos efeitos da corrupção o menor desenvolvimento econômico.

Em sua maioria, para obter resultados, os trabalhos empíricos se utilizam de questionários, pesquisas aplicadas em empresas, em instituições (públicas e privadas) e pesquisas de opinião, que sugerem forte relação entre corrupção e o baixo nível de desenvolvimento. Um dos maiores obstáculos continua sendo a dificuldade de mensurar devido à subjetividade conceitual. As percepções sobre corrupção devem ser tomadas com cautela, pois informam pouco sobre o fenômeno empírico da corrupção (ABRAMO, 2005).

Um dos primeiros estudos empíricos foi realizado por Mauro (1995), ao comparar indicadores de corrupção com níveis de eficiência e crescimento econômico (HAYASHI, 2012), tendo como resultado o fato de que a existência de corrupção reduz o investimento das empresas, especialmente do setor privado na economia e, portanto, interfere negativamente no nível de crescimento econômico do país.

Ao assumir que o crescimento estava associado ao investimento, poupança, investimento e tecnologia, a partir do *Business International* (BI), Mauro (1995), adotou as variáveis ‘corrupção’, ‘burocracia’ e ‘eficiência do sistema judicial’, pela primeira vez relacionadas aos indicadores de crescimento econômico para 70 (setenta) países durante o período 1980-1983. Neste trabalho, Mauro (1995) concluiu que a corrupção e a instabilidade estão intimamente relacionadas, no sentido de que podem ser resultantes da falta de alinhamento entre elites políticas do governo, e encontrou uma explicação plausível para o fato de que países mais pobres em geral possuem índices de corrupção mais elevados.

Isso ocorre porque as instituições dos países em desenvolvimento têm processos burocráticos desnecessários, corruptos e politicamente instáveis. Além disso, a ineficiência das instituições persiste de tal maneira que o passado certamente influencia substancialmente na condição atual de baixo crescimento e desenvolvimento econômico, ocasionando, principalmente, pobreza na sociedade (MAURO, 1995).

Ao longo dos anos, os estudos econômicos sobre a corrupção demonstraram escassez de arcabouços teóricos acerca deste tema. O trabalho realizado por Rose-Ackerman (1975) mencionado anteriormente, é considerado um dos mais importantes para compreender este

fenômeno que tem consequências econômicas mais extensas e duradouras do que se pode conceber. Entretanto, foi a partir do estudo de Edward Banfield (1975) que foi introduzida a utilização do modelo principal-agente na análise do governo, exigindo maior atenção e percepção dos efeitos negativos da corrupção na economia, visto que trata este problema como uma consequência inevitável e inerente ao setor público, dado o seu poder de monopólio, burocracia, constante abuso de poder e tamanho do Estado (IQUIAPAZA; AMARAL, 2007).

Conforme pesquisa realizada por Bruno Wilhelm (2000) existe algumas pesquisas em curso e experimentos para medir o grau de corrupção, do montante desviado, em qual proporção o sistema é onerado e as consequências em relação às instituições públicas e privadas, empresas e sociedade. Segundo o estudo, são considerados como variáveis a se analisar: os escândalos relatados nos meios de comunicação, condenações efetivamente contabilizadas e relatadas no âmbito penal/criminal; os dados são obtidos por meio de pesquisas aplicadas aos cidadãos.

Diante disso, é possível verificar que a partir da década de 1970 foram efetivamente identificadas visões distintas do conceito de corrupção como resultado da aplicação dos questionários, sensibilização do Governo e das firmas em relação ao impacto nos investimentos. Em seguida, a ação de intervenção visando contornar o problema a partir de medidas alternativas, que podem ser percebidas em reformas constitucionais, monitoramento, exigência de transparência nas atividades e decisões, além de alteração nos métodos de tributação e em aspectos jurídicos.

A importância dessas ações é também identificada posteriormente por North (1990) ao enfatizar a importância de um sistema judicial eficiente para forçar o cumprimento das cláusulas estabelecidas nos contratos como um determinante crucial para o desenvolvimento econômico.

CAPÍTULO 5: ANÁLISE DE RESULTADOS

5.1. INDICADORES SOCIOECONÔMICOS DOS BRICS

Diante da dinâmica da Economia Internacional, no período de 1995 até 2011, o mundo enxergava com forte otimismo o grupo dos países emergentes criado oficialmente em 2006, composto por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. Em 2018, o BRICS correspondia por aproximadamente 22% do PIB global, 42% da população mundial e 26% do território disponível no planeta (TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL, 2018). Ainda hoje, o BRICS mantêm avanços nos aspectos socioeconômicos. O exponencial crescimento econômico associado à disponibilidade de recursos naturais, e contingente populacional, foram fatores fundamentais que conduziram os países emergentes para os holofotes dentro do cenário internacional. Embora tenham perdido o intenso ritmo de crescimento, estão presentes nas principais organizações e agências internacionais, a citar o G-20 (grupo das vinte maiores potências econômicas globais), Movimento dos Países Não Alinhados e o Grupo dos 77.

Durante muitos anos o conceito de desenvolvimento foi associado exclusivamente aos indicadores macroeconômicos. O cenário começou a se transformar com o primeiro Relatório de Desenvolvimento Humano, publicado em 1990 pelo Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas, a PNUD. Como medidores alternativos do nível de desenvolvimento econômico, o estudo empírico realizado por Kaufmann, Kraay e Zoido-Lobaton (1999), demonstrou a relevância da governança e sua relação positiva com os indicadores de desenvolvimento. No caso dos BRICS, apesar do amplo desenvolvimento econômico, o panorama social está aquém do esperado, uma vez que ao considerar indivíduos que vivem com menos de dois dólares por dia, aproximadamente metade vive em algum país do BRICS (KAPOOR, 2014). Neste trabalho os índices de desenvolvimento econômico analisados serão representados pelo IDH e pelo PIB.

5.1.1 Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e Produto Interno Bruto (PIB)

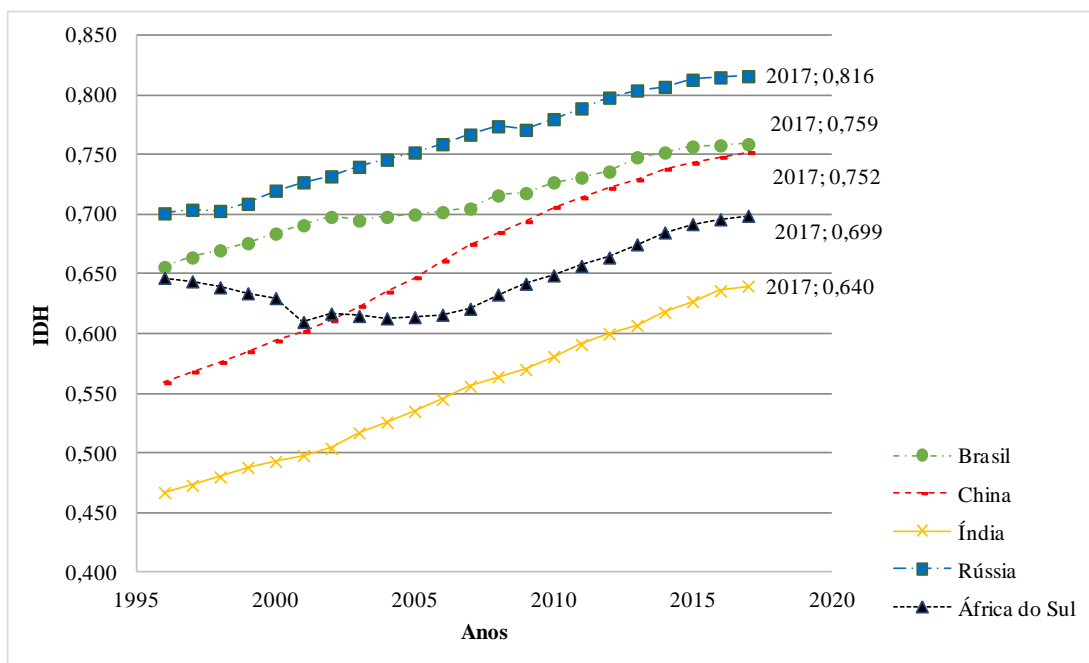
Criado por Mahbub ul Haq em conjunto com Amartya Sen, Nobel de Economia em 1998, o IDH é uma medida resumida do progresso a longo prazo em três dimensões básicas e do desenvolvimento humano: expectativa de vida ao nascer, renda *per capita* e educação

(PNUD, 2018), sendo amplamente utilizado como medida de bem-estar social e de eficácia das políticas sociais adotadas nos países.

Segundo Klugman (2010), em 2010, houve mudança na metodologia para o cálculo do IDH e de suas dimensões. O cálculo do IDH é feito com base na média geométrica das três dimensões do índice, transformando-os em um único valor-síntese que varia entre 0 (zero), nenhum desenvolvimento humano, e 1 (um), desenvolvimento humano total. Na mudança da metodologia, o Produto Nacional Bruto (PNB) passou substituir o PIB enquanto parâmetro para mensuração do nível de renda; os valores são convertidos usando a Paridade do Poder de Compra (PPP). Houve alteração também na captura do nível de educação, que passou a ser medido de acordo com a quantidade média de anos estudo e pelos anos esperados de escolaridade.

A evolução do IDH está representada na Figura 1. É possível notar diferenças relevantes entre os países. O Produto Interno Bruto de um país mede exclusivamente o crescimento econômico em termos de renda e pode assumir valores negativos, diferentemente do IDH.

Figura 1 – Evolução do IDH entre 1996 e 2017.



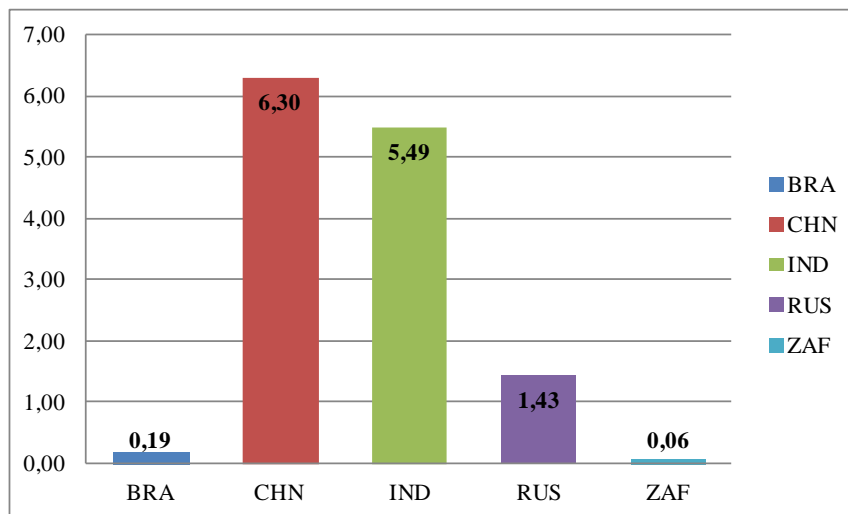
Fonte: Elaboração Própria.

Para classificar os países, o IDH é dividido em quatro quartis: desenvolvimento humano muito alto, alto desenvolvimento humano, médio desenvolvimento humano e baixo desenvolvimento humano.

desenvolvimento humano, respectivamente. Com base na Figura 1, é possível perceber tendência de crescimento no IDH para os cinco países. É importante perceber o aumento dos investimentos nesses países principalmente a partir de 1990, nesse contexto, a viabilização das trocas comerciais em conjunto com os avanços tecnológicos, impulsionou investimentos internos e externos nesses países. Dessa forma, foi possível o aporte em grande volume de capital estrangeiro, que pareceram contribuir positivamente para a evolução do índice de desenvolvimento do BRICS como um todo, e conseqüentemente estão refletidos na melhora da qualidade de vida e do bem-estar da população dos Cinco Grandes (VILWOCK, 2001).

Além da informação do IDH, serão apresentadas medidas de PIB e PIB *per capita*. A partir da análise da Figura 2, percebe-se forte alta no crescimento percentual do PIB *per capita* principalmente para a Índia e China. A análise sugere que é possível haver relação positiva entre os produtos internos brutos *per capita* da China e da Índia com a melhora nos índices de IDH para 2017.

Figura 2 – Crescimento (%) do PIB *per capita* dos países do BRICS em 2017.



Fonte: Banco Mundial (2018)

Tabela 1 – Tendências do Brasil.

	Expectativa de vida ao nascer	Anos de estudo esperados	Média dos anos de estudo	PIB <i>per capita</i> (Em US\$)	IDH
1990	65,3	12,2	3,8	10.697	0,611
1995	67,6	13,3	4,6	11.097	0,648
2000	70,1	14,3	5,6	11.197	0,684
2005	72,0	13,8	6,3	12.041	0,700
2010	73,8	14,0	6,9	12.112	0,727

2015	75,3	15,4	7,6	14.350	0,757
2016	75,5	15,4	7,8	13.730	0,758
2017	75,7	15,4	7,8	13.755	0,759

Fonte: *Human Development Indices and Indicators: 2018 Statistical Update*.

Em 2017, o IDH do Brasil foi de 0,759, o que coloca o país entre os melhores colocados na categoria de alto desenvolvimento humano. Observa-se, ainda, que entre 1990 e 2017, houve aumento de 24,3% no IDH.

A Tabela 1 revela que no período analisado, o Brasil teve melhora em todos os índices que constituem o IDH. Respectivamente, a expectativa de vida ao nascer aumentou em 10,4 anos; os anos de escolaridade esperado teve crescimento de 3,2 anos; os anos de escolaridade (média) progrediu para 4 anos a mais, e o PIB *per capita*, teve incremento de 28,6% nos últimos 27 (vinte e sete) anos.

Tabela 2 – Tendências da Rússia.

	Expectativa de vida ao nascer	Anos de estudo esperados	Média dos anos de estudo	PIB <i>per capita</i> (Em US\$)	IDH
1990	68,0	12,8	9,2	20.685	0,734
1995	66,0	11,8	10,0	12.761	0,700
2000	65,1	12,5	11,3	13.701	0,720
2005	65,8	13,8	11,4	18.895	0,752
2010	68,8	14,0	11,5	22.425	0,780
2015	70,9	15,4	12,0	23.909	0,813
2016	71,1	15,5	12,0	23.843	0,815
2017	71,2	15,5	12,0	24.233	0,816

Fonte: *Human Development Indices and Indicators: 2018 Statistical Update*.

Tomando como base a Tabela 2, percebe-se que o IDH igual a 0,816, da Rússia em 2017 coloca o país na categoria de desenvolvimento humano muito alto, um aumento de 11,2% no período de análise. Respectivamente, houve incremento na expectativa de vida em 3,2 anos; progresso no que diz respeito aos anos de estudo esperados em 2,7 anos; a média dos anos de estudo aumentou em 2,8 anos; o PIB *per capita* teve crescimento acentuado de 17,2%.

Tabela 3 – Tendências da Índia.

	Expectativa de vida ao nascer	Anos de estudo esperados	Média dos anos de estudo	PIB <i>per capita</i> (Em US\$)	IDH
1990	57,9	7,6	3,0	1.733	0,427
1995	60,4	8,2	3,5	2.015	0,460
2000	62,6	8,3	4,4	2.470	0,493
2005	64,6	9,7	4,8	3.157	0,535
2010	66,6	10,8	5,4	4.357	0,581
2015	68,3	12,0	6,3	5.691	0,627
2016	68,6	12,3	6,4	6.026	0,636
2017	68,8	12,3	6,4	6.353	0,640

Fonte: *Human Development Indices and Indicators: 2018 Statistical Update*.

Analisando a situação da Índia a partir dos dados da Tabela 3, o IDH é igual a 0,640. Significa dizer que é um país de médio desenvolvimento econômico. Vale ressaltar o salto do índice entre 1990 e 2017, que teve aumento de 49,8%. Isso ocorreu principalmente a partir de 2005, e pode estar relacionado a formalização do BRICS. Os demais agregados que compõem o IDH tiveram crescimento no período analisado: a expectativa de vida ao nascer se elevou para 68,8 anos; os anos de estudo esperados cresceram 4,7 anos; o tempo médio de estudo aumento 3,4 anos. O indicador mais surpreendente é PIB *per capita*, com crescimento vertiginoso de 266,6%.

Tabela 4 – Tendências da China.

	Expectativa de vida ao nascer	Anos de estudo esperados	Média dos anos de estudo	PIB <i>per capita</i> (Em US\$)	IDH
1990	69,3	8,8	4,8	1.529	0,502
1995	70,2	9,1	5,7	2.530	0,550
2000	72,0	9,6	6,5	3.662	0,594
2005	74,0	11,0	6,9	5.682	0,647
2010	75,2	12,9	7,3	9.485	0,706
2015	76,1	13,8	7,7	13.519	0,743
2016	76,3	13,8	7,8	14.354	0,748
2017	76,4	13,8	7,8	15.270	0,752

Fonte: *Human Development Indices and Indicators: 2018 Statistical Update*.

A China é o país mais intrigante dos BRICS. Basta reparar na figura 9 para perceber o aumento contínuo e sustentado do IDH, em 0,752 em 2017, classificando-o na categoria de país com alto índice de desenvolvimento econômico. Os fatores que levaram a China a ter progressos tão significativos em todos os aspectos que abrangem o IDH estão intimamente

relacionados com a industrialização tardia do país, história de potência imperial, extensão territorial privilegiada e mão de obra abundante e qualificada.

É importante perceber que o PIB *per capita* chinês aumentou 898,7% no período analisado; este aumento exorbitante se relaciona intimamente com a criação das Zonas Econômicas Especiais (ZEEs) durante do governo de Deng Xiaoping visando atrair investimento capital internacional do setor privado, de setores selecionados, principalmente firmas desenvolvedoras de *softwares*, pelo governo central chinês. Além disso, contriuiu fortemente balança comercial ao longo dos últimos anos, ocupando a posição de maior exportador do mundo.

Entre as peculiaridades da China está a ausência de barreiras intelectuais, ou seja, não há patenteamento de produtos e técnicas de desenvolvimento. Dessa maneira, o país tem conseguido atrair empresas do mundo todo, oferecendo subsídios, incentivos fiscais, redução ou até isenção de determinados tributos, e mão de obra especializada de baixo custo.

Tabela 5 – Tendências da África do Sul.

	Expectativa de vida ao nascer	Anos de estudo esperados	Média dos anos de estudo	PIB <i>per capita</i> (Em US\$)	IDH
1990	62,1	11,4	6,5	9.391	0,618
1995	61,2	13,0	8,2	9.885	0,649
2000	56,3	13,0	8,8	9.340	0,630
2005	52,6	12,9	8,9	10.590	0,614
2010	55,9	12,8	10,0	11.639	0,649
2015	62,0	13,3	10,1	12.073	0,692
2016	62,8	13,3	10,1	11.948	0,696
2017	63,4	13,3	10,1	11.923	0,699

Fonte: *Human Development Indices and Indicators: 2018 Statistical Update*.

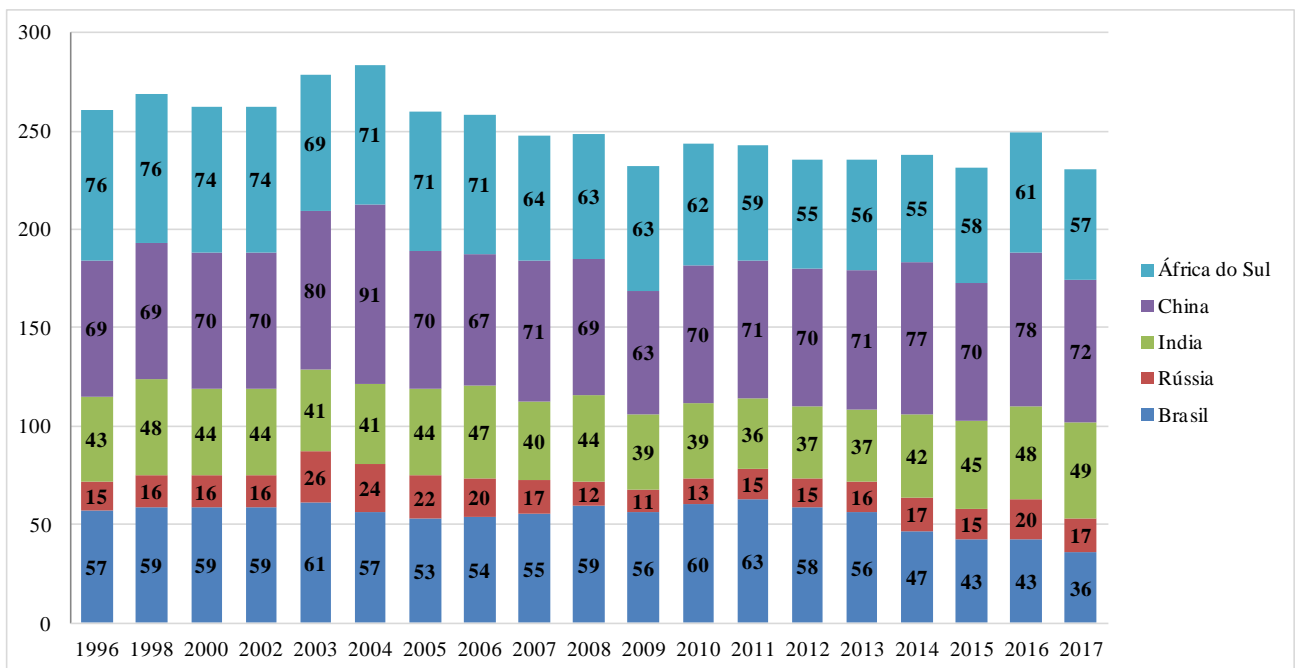
A África do Sul foi admitida oficialmente no BRICS apenas quatro anos após a criação do bloco econômico, em 2010, não sendo muito impactada, exceto no que diz respeito à média de anos de estudo, conforme figura 10, que aumentou 3,6 anos e o PIB *per capita*, com crescimento percentual de 27% entre 1990 e 2017. O IDH corresponde a 0,699. Significa que a África do Sul possui índice de médio desenvolvimento humano.

5.2. INDICADORES DE GOVERNANÇA E CORRUPÇÃO: *WORLDWIDE GOVERNANCE INDICATORS* (WGI) E ÍNDICE DE PERCEPÇÃO DA CORRUPÇÃO (IPC)

Conforme mencionado anteriormente, neste trabalho será abordado apenas o índice de Controle da Corrupção que compõe o Índice de Governança Mundial (WGI). A Figura 3 abaixo demonstra o *ranking* da corrupção nos países do BRICS desde 1996 até 2017. Os números variam de zero até 100, sendo os valores mais altos correspondentes aos maiores níveis de governança.

A partir da análise da Figura 3 abaixo, nota-se que em 2017 houve piora no combate à corrupção observar os cinco países que compõe o BRICS. Além disso, ao calcular o *ranking* médio do grupo desde 1996 até 2017, o resultado obtido é 50. Significa que o combate à corrupção, com base na metodologia adotada pelo índice do Banco Mundial ao longo dos vinte e um anos dessa série histórica pode ser classificado como mediano, embora tenham apresentado melhoras tanto no índice de desenvolvimento humano quanto no nível de crescimento econômico.

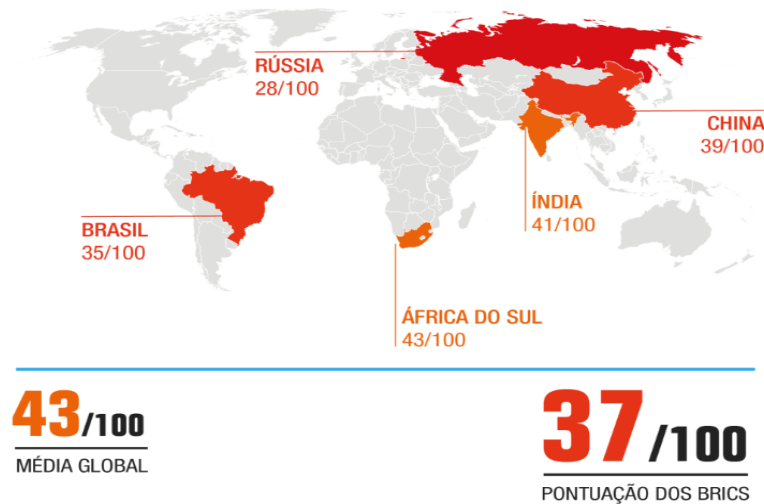
Figura 3 – Controle da Corrupção BRICS, WGI.



Fonte: Banco Mundial.

De outro lado, quando partimos para a análise dos dados do Índice de Corrupção Internacional, o IPC, o cenário parecer piorar. Conforme ilustra a Figura 4 abaixo, todos os cinco países do BRICS tiveram resultados abaixo da média, o que chama a atenção para a crise democrática no mundo.

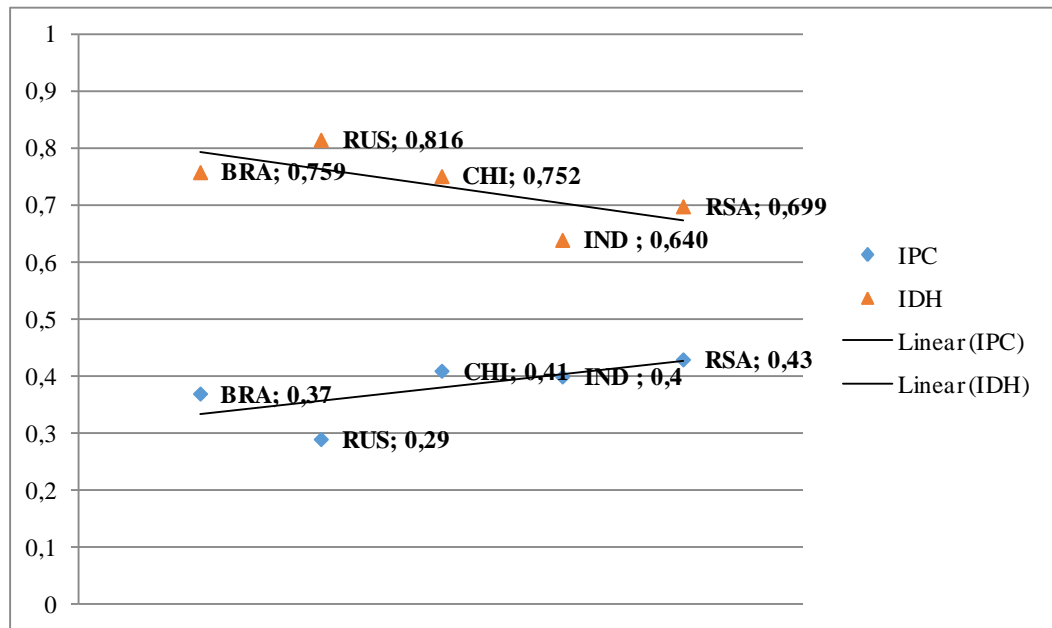
Figura 4 – BRICS IPC 2018.



Fonte: Transparência Internacional (2019).

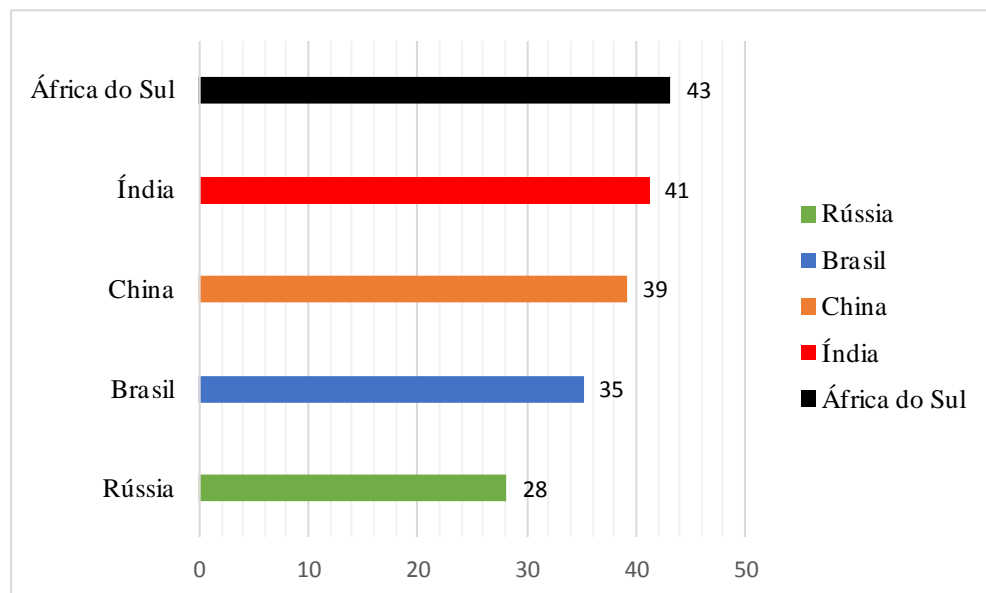
Diante do atual cenário internacional, a Figura 4 sugere que o panorama nos países que compõem o BRICS é alarmante. Apesar da manutenção do crescimento econômico, juntos somam 22% do PIB internacional, o aspecto social do bloco econômico é preocupante. Em termos de percepção da corrupção estes países não têm do que se orgulhar (TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL, 2019). No índice divulgado em 2018, o Brasil teve o pior desempenho desde 2012, e caiu da posição 96º para a 105º, ou seja, queda de nove posições no *ranking* que abrange 180 países, figurando atualmente entre os países que estão em estado de alerta, ao lado de Estados Unidos e República Tcheca.

A partir da análise das Figuras 5 e 6 a seguir, percebe-se uma tendência de convergência entre os níveis de IDH e o Índice de Percepção da Corrupção, demonstrando que possivelmente há um intervalo de tempo para captação e mensuração da corrupção por parte da sociedade, visto que no intervalo de um ano, o índice de IDH dos países não oscila tão rápido quanto a piora percebida no *ranking* construído pela Transparência Internacional.

Figura 5 – IDH x IPC² 2017

Fonte: Banco Mundial e Transparência Internacional (2017).

Figura 6 – Ranking do IPC



Fonte: Banco Mundial (2018)

Ainda nesse sentido, é coerente relacionar o nível de corrupção com o enfraquecimento da democracia, uma vez que as democracias plenas tiveram melhores

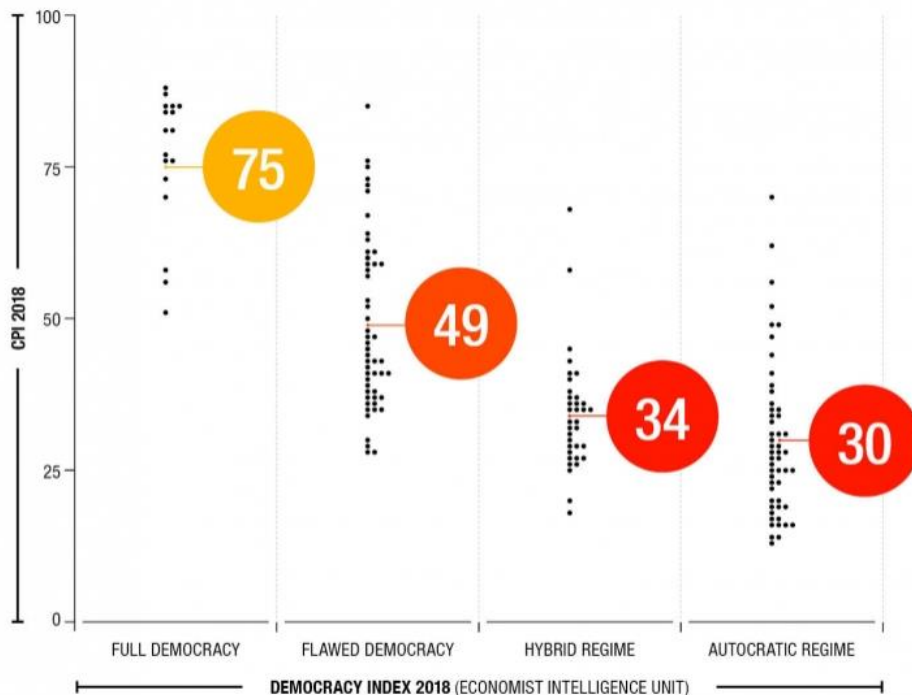
2 O índice do IPC foi dividido por cem para solucionar problemas de escala entre os índices comparados.

resultados no IPC. O trabalho divulgado em 2019, pela Transparência Internacional revela que os esforços anticorrupção estão parados na maioria dos países.

Segundo Patrícia Moreira (2019), a corrupção afasta a democracia para produzir um ciclo vicioso, no qual a corrupção enfraquece as instituições democráticas, que por sua vez, ficam impossibilitadas de combater a corrupção exitosamente. Observe na Figura 7 abaixo a relação entre a média do IPC nos países e seus regimes de governo.

Os governos com regimes plenamente democráticos tiveram resultados médios de 75 pontos, e os regimes autocráticos somaram uma média de 35 pontos (pontuação do Brasil no IPC 2018). Claramente, nota-se forte vínculo entre a saudabilidade da democracia e o combate exitoso à corrupção, principalmente no âmbito do setor público. É muito mais provável que a corrupção se torne endêmica quando as bases democráticas são inexistentes, dando margem para que governos extremistas usem essa debilitação em benefício próprio ou de uma elite.

Figura 7 – Índice de Democracia e média IPC 2018.



Fonte: Transparência Internacional.

Visando fortalecer as democracias internacionais, a Transparência Internacional sugere o fortalecimento das instituições, apoio às organizações formadas na sociedade civil, pois são responsáveis pela melhora do engajamento político, como também pela fiscalização das despesas do setor público, apoio à liberdade de imprensa, assegurando a segurança dos profissionais da área, protegendo-os de qualquer tipo de perseguição ou ameaça a África do Sul possui índice de médio desenvolvimento humano.

5.3. RELAÇÃO VERIFICADA ENTRE CORRUPÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

A corrupção é o maior obstáculo para o desenvolvimento econômico e social no mundo, *World Economic Forum Partnering Against Corruption Initiative* (2008). Conforme mencionado ao longo deste trabalho, o entendimento conceitual acerca do significado da corrupção é amplo. Como principais consequências, resulta na redução da prosperidade, conduz ao enfraquecimento das instituições, estimula desvio de recursos que poderiam ser utilizados na melhora dos serviços de saúde, educação e saneamento, além de ocasionar desemprego (nepotismo), na medida em que corrói o estado de direito, a confiança nas instituições e nos líderes de governo, funcionando como uma trava ao desenvolvimento.

De outro lado, é unânime que o conceito desenvolvimento implica otimização de aspectos sociais, desconstruindo, assim, a ideia de que crescimento e desenvolvimento econômico são sinônimos. No campo da Economia, os trabalhos de desenvolvimento econômico mais conhecidos são os de Robert Solow, Paul Romer e Schumpeter. Segundo PEREIRA (1997), desenvolvimento diz respeito a consecutivos processos de progresso nos aspectos políticos, sociais e econômicos. O desenvolvimento encontra meios de subsistência somente se forem removidos os males de privação de liberdade, substituindo-os por ofertas de oportunidades sociais amplas e universais, além disso, se for eliminado, ainda que aos poucos a pobreza, tirania e intolerância.

De acordo com Vito Tanzi, a corrupção é prejudicial para o desenvolvimento econômico, pois reduz os níveis de investimento, além de provocar distorções devido aos desvios de recursos públicos (suborno). HAYASHI (2012) associa os índices de corrupção ao risco do país. Em sua análise, com base no IPC, defende que a existência de corrupção torna os países menos atrativos para aportes de capital, além de ocasionar efeitos negativos sobre o PIB, situação refletida nos baixos níveis de IDH.

Entretanto, na perspectiva do Banco Mundial, os reflexos da corrupção não se restringem ao meio social e econômico. É defendida a ideia da importância de uma boa governança, a partir de um governo robusto que proporciona elevados níveis de bem-estar. Vale lembrar aqui o Índice de Governança Mundial (WGI) e os seus agregados citados e explicados anteriormente.

Portanto, existe forte relação entre o nível de desenvolvimento econômico e o nível de corrupção dos países. As consequências podem ser percebidas de formas diversas: na redução do PIB, aumento da pobreza, no nível de participação da população, na liberdade de imprensa, redução da oferta de empregos, redução da qualidade de vida da população, e até mesmo em processos eleitorais, visto que há evidências sólidas de que as democracias plenas são menos corruptas do que os governos autocráticos, e possuem, em média, melhores indicadores de IDH e PIB.

CAPÍTULO 6: CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou estudar os efeitos da corrupção sobre os indicadores de desenvolvimento econômico nos países do BRICS e suas conexões com os indicadores de governança do Banco Mundial, o WGI, em especial o agregado Controle de Corrupção e o Índice de Percepção da Corrupção, da Transparência Internacional. Verificou-se, por meio de da revisão de literatura que a corrupção e o desenvolvimento econômico são variáveis possivelmente relacionadas. Em relação aos indicadores de crescimento e de desenvolvimento econômico, é importante salientar a situação inquietante na qual se encontram os países do BRICS no que diz respeito ao combate à corrupção, e ao IDH, a despeito do PIB *per capita* que tem aumentado nos cinco países.

Os resultados obtidos sugerem impacto negativo do da corrupção em relação ao desenvolvimento econômico, ao observar os índices, tanto o IPC quanto o WGI do Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul de 2017 e de 2018. Enquanto aspecto positivo chama a atenção que a África do Sul pode ser avaliada como o país menos corrupto do BRICS, enquanto Brasil e Rússia figuram nas piores posições do *ranking*. Ademais, em especial no que diz respeito ao WGI, foi possível perceber o quão fundamental é associar os níveis de governança dos países aos índices que mensuram o nível de combate à corrupção, pois juntos podem ser utilizados como instrumentos de controle e cobrança por parte da comunidade.

De forma geral, os resultados desde 1990 até 2017, demonstram que as condições de qualidade de vida nos países melhoraram, principalmente a partir de 2006 com a oficialização e engajamento do ideal dos países emergentes como novas potências econômicas globais, embora o aspecto social permaneça distante das condições ideais. Além disso, depreende-se que o tipo de regime estabelecido no governo interfere diretamente no nível de combate à corrupção nos países. Os resultados permitem inferir que nas democracias plenas, o nível médio de combate está em 75 pontos, enquanto que nos regimes autocráticos o resultado foi de 35 pontos.

Desta forma, ainda, é importante destacar que os resultados deste trabalho são passíveis de análise comparativa por meio de *pass-through*. Ficou bastante claro, ainda, que a existência de corrupção nos países enfraquece a democracia e a sociedade, ocasionando profundas consequências políticas, econômicas e sociais.

REFERÊNCIAS

Ades, Alberto and Tella, Rafael Di, (1997), **The New Economics of Corruption: a Survey and Some New Results**, *Political Studies*, 45, *issue 3*, p. 496-515.

MARINO, Pedro de Barros Leal Pinheiro et al . Global Governance Indicators: how they relate to the socioeconomic indicators of the Brics countries. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v.50, n.5, p.721-744, Oct. 2016. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003476122016000500721&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 05 Feb. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7612144359>.

de Vaal, A. & Ebben, W. 2011. *Institutions and the Relation between Corruption and Economic Growth*, *Review of Development Economics*, 15 (1): 108-123.

PNUD, **Human Development Indices and Indicators: 2018 Statistical Update**.

Mauro, Paolo. (1995). **Corruption and Growth**. *The Quarterly Journal of Economics*. 110. 681-712. 10.1007/s12117-997-1097-9.

SPECK, Bruno Wilhelm. **Mensurando a corrupção: uma revisão de dados provenientes de pesquisas empíricas**. Em: . Acesso em: 05 julho 2012. p. 4.

HAYASHI, Felipe Eduardo H. . **O impacto da corrupção sobre o desenvolvimento dos países**. In: Gina Vidal Marcílio Pompeu; Ruy Cardozo de Mello Tucunduva Sobrinho. (Org.). *Direito e sustentabilidade*. 1ed. Florianópolis: FUNJAB, 2012, v. 1, p. 363-386

Queiroz, Ricardo & Todescato Cavalheiro, Rafael & Schlindwein, Madalena. (2017). **A influência da parceria político-econômica BRICS sobre o Índice de Desenvolvimento Humano: uma análise comparativa**. *COLÓQUIO*. 14. 139. 10.26767/coloquio.v14i2.725.

Iquiapaza, Robert & Amaral, Hudson. (2007). **Reflexões do Impacto da Corrupção no Desenvolvimento Econômico: Uma Revisão na Economia Brasileira**.

Banfield, Edward C. (1975) "**Corruption as a Feature of Governmental Organization,**" *Journal of Law and Economics*: Vol. 18: No. 3, Article 3. Available at: <https://chicagounbound.uchicago.edu/jle/vol18/iss3/3>

Kaufmann, Daniel and Kraay, Aart and Mastruzzi, Massimo, **The Worldwide Governance Indicators: Methodology and Analytical Issues** (September 2010). World Bank Policy Research Working Paper No. 5430. Available at SSRN: <https://ssrn.com/abstract=1682130>

BECKER, Gary. S. (1968). **Crime and Punishment: An Economic approach.**

Rose-Ackerman, Susan. (1975). **The Economics of Corruption.** *Journal of Public Economics*. 4. 187-203. 10.1016/0047-2727(75)90017-1.

CERQUEIRA, Daniel; LOBÃO, Waldir. **Determinantes da criminalidade:** arcabouços teóricos e resultados empíricos. Dados. *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 47, n.2, 2004, p. 233-269, p. 247.

An introduction to game theory by Martin J. Osborne. Version: 2002/7/23.

WORLD DATA BANK. Disponível em: <http://data.worldbank.org/> Acesso em: 19 jan. 2019.

TRANSPARENCY INTERNATIONAL. Disponível em: <https://www.transparency.org/> Acesso em: 31 jan. 2019.

TRANSPARENCY INTERNATIONAL. INDEX PERCEPTION CORRUPTION (CPI). Disponível em: <https://www.transparency.org/cpi2018> Acesso em: 31 jan. 2019.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL. GROSS DOMESTIC PRODUCT (GDP). Disponível em: https://www.imf.org/external/datamapper/NGDP_RPCH@WEO/OEMDC/ADVEC/WEOWORLD. Acesso em 29 jan. 2019

RAMOS, Paulo Roberto Barbosa . **A corrupção como obstáculo ao desenvolvimento.** Jornal Pequeno, São Luís.

Seligson, Mitchell A. "**The Impact of Corruption on Regime Legitimacy: A Comparative Study of Four Latin American Countries.**" *The Journal of Politics* 64, no. 2 (2002): 408-33. <http://www.jstor.org/stable/2691854>.

SOBRAL, E. F. M. ; ARAUJO, J. M. ; BESARRIA, C. N. . **Influência do nível de corrupção sobre o crescimento econômico, uma análise para os BRICS.** In: ANPEC/Sul, 2013, Curitiba. XVI Encontro de Economia da Região Sul, 2013.

Cadot, Olivier, (1987), **Corruption as a gamble**, *Journal of Public Economics*, **33**, issue 2, p. 223-244.

Kahneman, Daniel. "**Maps of Bounded Rationality: Psychology for Behavioral Economics.**" *The American Economic Review* 93, no. 5 (2003): 1449-475. <http://www.jstor.org/stable/3132137>.

Rose-Ackerman, Susan. 1996. *The political economy of corruption - causes and consequences (English)*. Viewpoint; note no. 74. Washington, D.C.: World Bank Group. <http://documents.worldbank.org/curated/en/231001468762302694/The-political-economy-of-corruption-causes-and-consequences>.

SANTOS, C. A. P. ; CASAGRANDE, D. L. ; HOECKEL, P. H. O. **Teoria Econômica Do Crime: dos pressupostos acadêmicos à empiria do dia a dia na vida de ex presidiários de Santa Maria RS.** *Economia e Desenvolvimento (Santa Maria)* , v. 27, p. 308-325, 2016.

Seminário Nacional de Formação de Pesquisadores e Iniciação Científica em Direito. **A distorção da percepção da corrupção: críticas ao índice da Transparência Internacional.** 2016. (Seminário).

LOPES, M. F. M. **Corrupção**: Estudo sobre as Formas de Mensuração e Perspectivas sobre a Forma de Combate; 2011; Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo) - Fundação Getulio Vargas – SP.

FRAIHA, P. S. . **Indicadores de Percepção da Corrupção**: Variações sob o Efeito dos Meios de Comunicação e Comportamento Político. PMKT- Revista Brasileira de Pesquisas de Marketing, Opinião e Mídia , v. 15, p. 59, 2014.

CARRARO, A. ; MACHADO, I. B. ; CANEVER, M. D. ; BOLL, J. L. S. **Proposta para a estimação da corrupção regional no Brasil. Política & Sociedade** (Impresso), v. 14, p. 326-352, 2015.

Esteban Ortiz-Ospina and Max Roser (2019) - "**Corruption**". *Published online at OurWorldInData.org*. Retrieved from: 'https://ourworldindata.org/corruption' [Online Resource]

Kaufmann, Daniel & Kraay, Aart & Mastruzzi, Massimo, 2010. "**The worldwide governance indicators: methodology and analytical issues**," Policy Research Working Paper Series 5430, The World Bank.

Daniel Kaufmann, "**Myths and Realities of Governance and Corruption**", in World Economic Forum (ed.), *Global Competitiveness Report, 2005-2006*.

World Bank. '**Six Questions on the Cost of Corruption with World Bank Institute Global Governance Director Daniel Kaufmann**'. <http://go.worldbank.org/KQH743GKF1>